

**ATA**

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

O Presidente da Câmara exibiu o Prémio de Melhor Programação Autárquica atribuído à Câmara Municipal de Guimarães pela Sociedade Portuguesa de Autores, pelo desempenho no ano de Capital Europeia da Cultura. Expôs, igualmente, o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana que distinguiu a Plataforma das Artes na categoria de «Impacto Social» e a Fábrica ASA na categoria de «Serviços», atribuídos no dia de ontem, durante o Jantar de Gala incluído na Semana da Reabilitação Urbana, que teve lugar no edifício da Alfândega, no Porto. -----

**-----INTERVENÇÕES-----**

**1- Vereador André Coelho Lima** – Lamentou a derrocada de toneladas de terra e pedras que descalçou os alicerces de algumas moradias geminadas na Travessa da Ribeira, da freguesia de Mesão Frio, e cortou a variante rodoviária que liga Guimarães a

Fafe, dizendo que, em primeiro lugar, é devido o elogio aos serviços da Câmara Municipal e da Proteção Civil pela prontidão e cuidado em acautelar o alojamento das pessoas e restantes diligências que se destinaram a minorar o sofrimento dos moradores. Continuou, referindo que, agora, o importante é assegurar que não se corra o risco de novas derrocadas, evitando mais prejuízos para os proprietários. Disse, ainda, que, neste momento, importa apurar o motivo que originou esta situação uma vez que não se trata de um acontecimento normal, apesar da intempérie. Disse que deve ser levado a cabo um inquérito rigoroso, constituído por instituições independentes, que esclareça as condições de segurança dos edifícios, o apuramento dos motivos que levaram à derrocada e um plano que aponte procedimentos que conduzam a evitar que acontecimentos desta natureza se repitam. -----

**2 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Entregou a todos os Vereadores, em nome da Cooperativa Tempo Livre, um CD relativo à cerimónia de abertura da Cidade Europeia do Desporto 2013; **b)** – Disse que, de acordo com os dados relativos à performance dos fluxos turísticos em Guimarães referentes ao primeiro trimestre de 2013, recolhidos pelos serviços de Turismo da Câmara Municipal de Guimarães, se verifica um decréscimo expectável em relação ao ano da Capital Europeia da Cultura (CEC), que foi um ano absolutamente excecional para o turismo vimaranense, notando que, em comparação com o ano de 2011, alguns indicadores apresentam uma variação positiva muito interessante, indiciando claramente que os efeitos positivos da CEC continuam ainda a fazer-se sentir e que Guimarães consolida gradualmente o seu estatuto de destino de turismo de referência em Portugal, comprovando-se pela elevada taxa de ocupação hoteleira no fim



de semana da Páscoa, apesar das condições climatéricas adversas verificadas. Disse, ainda, que a análise comparativa do indicador taxa de ocupação por quarto entre 2013 e 2012 revela uma diminuição no primeiro trimestre, sendo que da comparação com 2011 resulta uma variação positiva de 2.3%, em contraciclo com o país e a região norte, que têm registado variações negativas. Referiu, também, que o indicador do número de visitas ao *site* do turismo ([www.guimaraesturismo.com](http://www.guimaraesturismo.com)) continua muito positivo, revelando um forte crescimento quando comparado com 2011, na ordem dos 341%, o que traduz a circunstância de que Guimarães continua a despertar curiosidade à escala global. No que diz respeito à análise do número de visitantes aos Postos de Turismo disse que a comparação entre 2012 e 2013 revela um decréscimo de cerca de 58%, diretamente ligada ao decréscimo de turistas nacionais que, em 2012, vieram assistir aos grandes eventos da CEC. Por último, referiu que o número de bilhetes vendidos no Teleférico de Guimarães revela um decréscimo de 58,7% em relação a 2012 e de 21,5% em relação a 2011, verificando-se, igualmente, uma diminuição no número de visitas aos principais Museus da cidade. -----

**3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Mostrou, igualmente, preocupação pela derrocada ocorrida na freguesia de Mesão Frio, elogiando, também, a atuação dos serviços de Proteção Civil, solicitando que lhe seja facultada toda a informação relativa ao processo de licenciamento das moradias que ficaram afetadas pelo aluimento de terras; **b)** – Referiu que, desde 2011, a Câmara Municipal tem colocado alguns obstáculos à realização das Comemorações do 1.º de Maio, em Guimarães, acrescentando que, em reunião com representantes da União dos Sindicatos de Braga, foi-lhe transmitido que a Autarquia continua a impedir a

colocação de um palco no Largo do Toural. Terminou, solicitando esclarecimentos em relação a esta matéria, designadamente quanto às razões pelas quais é impedida a utilização daquele espaço. -----

**4 – Vereador José Manuel Antunes – a)** - Referiu o acordo entre o Município e um conjunto de investidores privados para uma intervenção na zona de Silvares, recordando o contrato celebrado e os compromissos nele contidos que ainda não estão concluídos. Questionou os atrasos notórios na execução de infraestruturas que continuam por executar, nomeadamente a ligação da rotunda de Mouril à Circular Urbana e o traçado da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara por que motivo a Autarquia não atuava, nos termos da lei, acionando a garantia para realização das obras; **b)** – Quis saber a que se referem as obras de retenção na Ribeira de Couros iniciadas na segunda-feira e noticiadas por um jornal, recordando já ter demonstrado surpresa por ter verificado inundações na zona de Couros, que se pensava já não poderem acontecer, quando haviam sido gastas centenas de milhares de euros para minimizar os efeitos das cheias naquela zona; **c)** – No que respeita à segurança rodoviária, referiu um conjunto de vias que se encontram em muito mau estado, provocando insegurança e transtornos aos automobilistas, designadamente: via Serzedelo/Gandarela; via Taipas/Sande S. Lourenço/Falperra; Rua dos Cutileiros, em Creixomil; via Gominhães/Sande S. Lourenço e via junto ao Cemitério de Urgezes. Assim, sugeriu um modelo de intervenção para que quem tem necessidade de utilizar estas vias se sinta em segurança. -----

**5 - Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Começou por agradecer a diversas entidades que



prestaram o seu apoio aquando do aluimento de terras verificado na freguesia de Mesão Frio, designadamente a Polícia de Segurança Pública, os Bombeiros Voluntários de Guimarães, os serviços municipais de Proteção Civil e a imprensa. Agradeceu, sobretudo, o apoio prestado pelo Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo, que diligenciou a visita ao local do acidente do Presidente da Estrada de Portugal, Dr. António Ramalho, tornando mais fácil o desenrolar dos procedimentos. Deu conhecimento das hesitações e dos receios sentidos na noite da tragédia pela equipa de socorro, acrescentando que o trabalho de complementaridade e de apoio, designadamente o realojamento de moradores e o fornecimento de refeições aos intervenientes, foi levado a cabo pelos serviços de Proteção Civil Municipal. No que diz respeito às causas do sucedido, disse que não se pode deixar que nenhum tipo de dúvidas suscite sobre o que se passou, referindo ser evidente que as condições climatéricas registadas neste inverno contribuíram, sem dúvida, para este triste acontecimento. Continuou, dizendo que se a forte precipitação verificada nos últimos meses não for considerado motivo suficiente para o sucedido, então, será levado a cabo um inquérito. A este respeito, informou que a consulta do processo será feita na sala de reuniões desta Câmara Municipal, disponibilizando, para o efeito, o processo de licenciamento das moradias, bem como os técnicos que o analisaram, para prestar eventuais esclarecimentos que possam vir a ser solicitados. Disse, ainda, que em situações semelhantes surgem sempre comentários especulativos e declarações feitas por desconhecimento de causa. Por último, informou ter sido já nomeada uma Comissão Técnica que terá como objetivo elaborar um relatório que permitirá saber exatamente as causas do aluimento de terras, sendo constituída

pelos seguintes elementos: Eng.º José Manuel Fernandes, Técnico do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal; Eng.º Vítor Ferreira, Técnico de Vistorias Administrativas da Câmara Municipal, Eng.º Patrício Pereira, responsável pelo projeto; Eng.º José Manuel Arantes e o Professor Tiago Miranda da Faculdade de Engenharia da Universidade do Minho. Acrescentou que, possivelmente, poderá também vir a integrar esta Comissão um técnico da Estradas de Portugal, SA. Por último, disse que esta Comissão Técnica determinará, também, se os moradores poderão voltar às suas casas, na certeza de que só o farão se estiverem garantidas as condições de segurança; **b)** - Quanto aos números de afluência de turistas apresentados pelo Vereador Amadeu Portilha disse que seria de esperar este cenário, acrescentando que, apesar das condições climatéricas adversas, o fim de semana de Páscoa teve uma boa adesão de turistas, **c)** - Quanto ao mau estado das vias apontadas pelo Vereador José Manuel Antunes disse que as condições climatéricas não têm permitido fazer uma intervenção, registando-se no concelho outras vias em igual estado de degradação. Acrescentou que logo que haja condições a Câmara Municipal intervencionará nos pisos que se encontram profundamente degradados na sequência da intempérie permanente; **d)** - Relativamente às inundações da zona de Couros explicou o contexto em que a notícia referida pelo Vereador José Manuel Antunes foi publicada, acrescentando que os serviços de Proteção Civil têm feito um bom trabalho no que diz respeito à monitorização do caudal de águas, não havendo reclamações por parte dos moradores; **e)** - Quanto às Comemorações do 1.º de Maio referida pelo Vereador José Torcato Ribeiro disse rejeitar a ideia de que a Câmara Municipal é responsável pela hipotética não realização daquelas Comemorações em Guimarães,



acrescentando, ainda, ter sido decidido, em função das características do piso do Largo do Toural, não permitir a colocação de qualquer estrutura que possa afetar o pavimento, não tendo tal sido autorizado a nenhuma entidade que o tivesse solicitado até hoje, pelo que nenhuma exceção será tomada relativamente ao pedido da União de Sindicatos de Braga. -----

**6 - Vereador Domingos Bragança – a)** - Explicou que a questão da centralidade de Silvaes referida pelo Vereador José Manuel Antunes está a ser analisada juridicamente; **b)** – No que diz respeito às vias municipais em mau estado de conservação referiu as dificuldades financeiras mediante a dívida de 3 milhões de euros do Governo no processo da empreitada de Extensão do Museu Alberto Sampaio e por força da aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que não permite atuar com mais eficácia. -----

**7 - Vereador Amadeu Portilha –** Ainda sobre as Comemorações do 1.º de Maio, esclareceu que o Chefe de Divisão de Trânsito, Espaços Públicos e Veículos desta Câmara Municipal reuniu com representantes da União de Sindicatos de Braga, tendo sugerido a colocação do palco para aquelas Comemorações no arruamento confinante com o Largo do Toural, aguardando-se uma resposta daquela entidade. -----

### -----INFORMAÇÕES-----

**O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: 1 –** - De ter sido enviada ao Presidente do Conselho Consultivo das Fundações, Dr. Rui Vilar, uma carta solicitando esclarecimentos sobre a extinção da Fundação Cidade de Guimarães, designadamente sobre as razões que estão na base desta decisão, bem como o motivo pelo qual o Município, enquanto entidade co-fundadora, não foi ouvido neste processo; **2 -** A propósito da

sinistralidade rodoviária recordou um despiste ocorrido no passado dia 26 de março em Selho S. Lourenço, na estrada que liga Guimarães a S. Torcato, e do qual resultou uma vítima mortal; **3** – Deu conhecimento do resultado de mais uma Campanha de Recolha de Alimentos, que decorreu nos passados dias 22, 23 e 24 de março, de forma a ser possível dar continuidade ao apoio prestado aos utentes do Banco Social da Cooperativa Fraterna, tendo sido recolhidos um total de 17.017 alimentos, o que representa um substancial aumento de géneros doados relativamente a campanhas precedentes; **4** – Considerou um embuste a notícia publicada no passado dia 2 de abril no Jornal de Notícias e que tenta culpabilizar a reabilitação do Bairro Social Nossa Senhora da Conceição pelo aumento das rendas que tem sido notificado aos moradores, quando se trata da aplicação dos critérios que a lei prevê. Disse que, dentro das suas capacidades, a Câmara Municipal vai tentar ajudar os moradores relativamente a estes aumentos de renda, tentando sensibilizar o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para as dificuldades de alguns agregados familiares. -----

A **Vereadora Alexandra Gesta** informou que será redigida uma informação por todos os parceiros que participaram na reabilitação do Bairro Nossa Senhora da Conceição, pedindo a reposição da verdade dos factos referidos na notícia publicada no passado dia 2 de abril no Jornal de Notícias. Solicitou ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do PSD que envidem todos os esforços no sentido de diligenciar junto da Delegação do Norte do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana a revisão do valor das rendas mensais a pagar pelos moradores do Bairro Nossa Senhora da Conceição. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----





-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Dos Ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 7 a 23 que comunicam a aprovação, em reunião realizada no passado dia 18 de março, das seguintes propostas: **a)** - "Revisão do Regulamento de Organização e Funcionamento do Arquivo da Câmara Municipal de Guimarães"; **b)** - "Taxa Constante da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Indicação de Valor"; **c)** - Taxa Proposta de Regulamento para a Atribuição do Direito de Ocupação das Lojas do Piso Superior do Mercado Municipal de Guimarães a Associações Locais"; **d)** - "Regime Jurídico de Licenciamento Zero - Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Guimarães - Alteração de Regulamentos - Criação de Novas Taxas para Aplicação do Regime Jurídico de Licenciamento Zero"; **e)** - "VITRUS AMBIENTE EM SA - Adaptação dos Estatutos ao Novo Regime da Atividade Empresarial Local"; **f)** - "VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA - Adaptação dos Estatutos; **g)** - "CASFIG, EEM - Contrato-Programa; **h)** - "CASFIG, EEM - Adaptação dos Estatutos ao Novo Regime da Atividade Empresarial Local"; **i)** - "CASFIG, EEM - Novo Regime da Atividade Empresarial Local - Nomeação do Fiscal Único"; **j)** - "Associação de Municípios de Fins Específicos - Quadrilátero Urbano". A Assembleia Municipal informou, ainda, que deliberou mandar a Câmara Municipal para definir no tempo o momento exato em que o Município de Guimarães abandonará aquela Associação, de forma a defender os seus interesses e a honrar os respetivos compromissos; **k)** - "Desafetação do Domínio Público de Parcela de Terreno com a área de 409m<sup>2</sup>, sita na Rua da Igreja, freguesia de Selho S. Cristóvão"; **l)** - "Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal para efeitos de Licenciamento de uma unidade hoteleira

de alojamento local com 22 unidades de alojamento, sito no Lugar de Torres, freguesia de Silvaes"; **m)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Renovação de Subscrição da Plataforma de Contratação Pública - Vortal"; **n)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Renovação da Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade do Município de Guimarães com Extensão do Âmbito à Divisão de Trânsito, Espaço Público e à Aferição"; **o)** - "Recursos Humanos - Concursos para Cargos Dirigentes - Designação de Membros de Júris"; **p)** - "Alteração de Trânsito na Rua da Devesa da Ribeira - Freguesia de Sande S. Martinho"; **q)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Sande Vila Nova". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2012**

– Presente a seguinte proposta: "O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei. De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida lei n.º 24/98, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação



do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Deste modo, submete à apreciação do Órgão Executivo o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição relativo ano de 2012, o qual, após aprovado, deve ser remetido ao Presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição naquele órgão deliberativo para que sobre ele se pronunciem, nos termos do n.º 2 do art.º 10.º, tendo em atenção o art.º 3.º, ambos do Estatuto do Direito de Oposição.” O Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição relativo ano de 2012 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA DO MUNICÍPIO** - Presente

uma informação da Chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, que se anexa, submetendo à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão de parecer prévio favorável à abertura de procedimento para celebração de um contrato de prestação de serviços de manutenção das duas Unidades de Alimentação Ininterrupta que suportam os equipamentos informáticos e de voz usados no edifício sede e no edifício onde funcionam os serviços Financeiro e de Ação Social, a partir do dia 1 de fevereiro de 2013 terminando

no dia 31 de dezembro de 2015, com a LCPOWER – Luís Carneiro, Soluções de Energia, SA, estimando-se este contrato no montante global de €5.429,25 + IVA. Mais propõe, tratando-se de um novo compromisso com caráter plurianual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição de encargos do procedimento, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da seguinte forma: Ano de 2013 - €1.573,89 + IVA; Ano de 2014 - €1.927,68 + IVA; Ano de 2015 - €1.927,68 + IVA. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DIÁRIO/SEMANAL/MENSAL DE PERIÓDICOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL RAÚL BRANDÃO – COMPROMISSO PLURIANUAL**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência do preceituado no artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual. Propõe-se a abertura de um ajuste direto, nos termos da alínea a), nº1, artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, para o fornecimento de periódicos, pelo período de 3 anos, estimando-se o valor anual de €8.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (6%).” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG,EEM – DISPENSA DE PARECER PREVISTO NO ART.º 99.º - 2.º, NOS TERMOS DO**

**ART.º 99-6 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS –**

Presente um ofício da CASFIG, EEM sobre a dispensa de parecer previsto no art.º 99.º - 2, nos termos do art.º 99 – 6 do Código das Sociedades Comerciais, que a seguir se transcreve: “Na sequência da proposta apresentada pela CASFIG com vista à adaptação dos respectivos estatutos ao novo regime do Sector Empresarial Local (SEL) constante da lei n.º 50/12, de 31 de agosto, a qual já foi aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 7 de fevereiro de 2013, e atendendo a que a adaptação de estatutos em causa se destina apenas a configurar a forma jurídica da empresa com a exigência da nova lei sem que, na prática, do ato decorra qualquer outro tipo de incidência, nomeadamente no âmbito administrativo – financeiro: propõe o Conselho de Administração deliberar que seja proposto à Câmara Municipal de Guimarães que, nos termos do art.º 99.º - 6 do Código das Sociedades Comerciais, dispense o parecer previsto no art.º 99.º - 2 do mesmo Código, de um revisor oficial de contas ou de uma sociedade de revisores oficiais de contas, sobre o projeto de revisão, tanto mais que todo o processo vai já acompanhado pelo parecer do fiscal único da empresa, conforme a lei também exige”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DAS FREGUESIAS DE SELHO (S. CRISTÓVÃO) E SELHO (S. JORGE) –**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Transito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação da Câmara Municipal, a proposta toponímica do novo arruamento de ligação das duas freguesias: **Alameda do Rio Selho** – Tem início na Rotunda da confluência da Avenida Sociedade Musical de Pevidém e a travessa da Pontigela Selho (S.

Jorge) e termina no entroncamento com a rua da Várzea Cova Selho (S. Cristóvão). Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento a toponímia das freguesias de Selho (S. Cristóvão) e Selho (S. Jorge).” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SOUTO (S. SALVADOR)** - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Transito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Souto (S. Salvador), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 40 Rua do Barral – Arruamento sem saída, com início na rua 24 de Junho. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Souto (S. Salvador).” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**MERCADO MUNICIPAL - HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE TALHO, PEIXARIA, LOJA E BANCAS** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da desistência do direito de ocupação de alguns espaços comerciais do Mercado Municipal encontram-se por concessionar um talho, uma peixaria, uma loja e cinco bancas, conforme discriminado no Regulamento da Hasta Pública em anexo. Temos conhecimento,



porque solicitado junto dos nossos serviços, que continuam a existir pessoas interessadas na adjudicação destes espaços comerciais no Mercado Municipal, pelo que se propõe a abertura de um novo procedimento de adjudicação do direito de ocupação dos referidos espaços comerciais, através da realização de uma nova hasta pública, cujo programa será idêntico ao das anteriores e que se junta em anexo com as necessárias adaptações. Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Hasta Pública, da qual farão parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa. 2.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. Vogal suplente – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal. O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM – PROPOSTA DE REALOJAMENTO** – Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de quatro habitações vagas por motivo de rescisão do contrato de arrendamento e desistência e três vagas em residência partilhada, bem como de realojamento convencional de três agregados familiares, criação e realojamento de três agregados familiares unitários em residência partilhada e realojamento de três agregados familiares unitários em três vagas existentes em residência partilhada, aprovado pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião extraordinária de 15

de março de 2013, de acordo com informação prestada pela equipa técnica de ação social, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - FEVEREIRO DE 2013**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2012 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito d alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**CULTURA - APOIO À REALIZAÇÃO DE UMA INICIATIVA DO PROGRAMA “TEMPOS CRUZADOS” NO CONVENTO DAS DOMINICAS**

– Presente a seguinte proposta: “O consórcio “Tempos Cruzados” constituído por várias associações vimaranenses para a concretização de um programa local, no âmbito da CEC 2012, vai levar a efeito em 28 e 29 de Março uma iniciativa, a realizar no Convento das Dominicas, tendo solicitado apoio municipal com a cedência de dois eletricitas que assegurarão os serviços elétricos durante a realização do programa. Os encargos a suportar estão orçados em 100 euros, devidos ao pagamento de horas extraordinárias dos funcionários em serviço. Considerando o interesse da iniciativa, deferi a





pretensão por despacho de 26 de Março, o qual coloco à ratificação da Câmara Municipal. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Torcato Ribeiro não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar a seguinte proposta: -----

**RECURSOS HUMANOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DIRIGENTES** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de março de 2013, que determinou, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, a abertura dos procedimentos concursais para os seguintes cargos dirigentes: Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística; Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos; Diretor do Departamento de Administração Geral; Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico; Chefe da Divisão de Obras Particulares; Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade; Chefe da Divisão de Recursos Humanos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----